

-----**ACTA N.º 22/2010**-----

-----Aos 13 dias do mês de Outubro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:---

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior, coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina de Almeida S. Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara se encontra de atestado médico, não podendo comparecer a esta reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/09/2010**-----

-----Foi presente a acta n.º 20, da reunião ordinária do Executivo de 22/09/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador Júlio Santos, por não ter estado presente na referida reunião.**

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu saber qual o ponto de situação relativamente a três assuntos: Pousada de Linhares da Beira; IC 7 e situação económico-financeira da Câmara Municipal. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** relativamente à Pousada de Linhares começou por dizer que nesta reunião irá ser aprovada uma alteração ao orçamento, onde consta uma rubrica para a Pousada de Linhares, de forma a dar início aos procedimentos necessários para se proceder à substituição da caixilharia. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Júlio Santos** disse ter tido conhecimento de que houve troca de correspondência entre a Câmara Municipal e o Inatel, e que enquanto Vereador não foi informado da mesma. -----

-----Disse que da leitura efectuada dessa correspondência, constatou que o relacionamento entre o Senhor Presidente da Fundação do Inatel, com o executivo, mormente o Senhor Presidente da Câmara, não é o melhor, referindo que, não consegue entrar em contacto com ele. -----

-----Disse que a responsabilidade do estado em que se encontra a Pousada de Linhares, não é do Senhor Vereador Júlio Santos, contrariamente ao que foi dito pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal, uma vez que a recepção da obra foi feita no ano de 2003, pelo executivo de então. -----

-----Depreendeu também pela leitura dessa correspondência, que houve troca de favores políticos. Acrescentou ainda, que a Pousada não é rentável, e que por mais obras que façam o Inatel não tenciona fazer a gestão e exploração da mesma. -----

-----Por fim, disse que o Executivo deveria pensar numa outra forma de rentabilizar a Pousada. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** sobre este assunto, e depois da última reunião de câmara, disse que tinha respondido ao Senhor Presidente da Fundação do Inatel a dar conhecimento das intenções deste executivo em relação à Pousada, sendo que, a resposta que obteve por parte do Senhor Presidente da Fundação do Inatel, foi o total desconhecimento de qualquer proposta ou solução por parte do Executivo.-

-----Sobre a Pousada de Linhares, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que as suas intervenções na Assembleia Municipal, eram referentes ao Executivo de 2003, nunca tendo feito alusão ao mandato do Senhor Vereador Júlio Santos. -----

-----Quando este Executivo tomou posse, deparou-se com um edifício fechado há alguns anos e consequentemente com muitos problemas para serem solucionados. -----

-----Disse que pelo Senhor Presidente da Fundação do Inatel, foram enunciadas algumas das intervenções necessárias, desde a caixilharia, ao ar condicionado, bem como, aos problemas de infiltração nas piscinas. Deu conhecimento de que algumas das situações já foram sanadas, e que já tinham orçamentos para a colocação das caixilharias, estando estes dependentes somente da aprovação da alteração ao orçamento e consequente desbloqueio da verba, tendo o Inatel os mesmos em sua posse, para análise. Disse ainda, que apenas está em falta uma resposta relativamente à data prevista de início e fim da referida obra.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o protocolo com o Inatel foi assinado pelo anterior Presidente da Direcção, que havia considerado que Linhares da Beira seria o “Castelo” do Inatel. Considera que a nova Direcção herdou os princípios deste documento.-----

-----Disse que na última reunião de Câmara foi abordado este assunto, e dito que seria necessário fazer uma alteração orçamental, para a realização desta obra. Contudo, alterar a caixilharia de todo o edifício implica uma despesa considerável, que não estava prevista no orçamento de 2010.-----

-----Referiu que tanto na reunião de Câmara como na sessão da Assembleia ficou claro, que é intenção deste executivo salvaguardar esta situação, que irá custar uma pequena, grande fortuna ao Município. O novo investimento nesta unidade vai sanar erros de construção do passado, assim como, em outras infra-estruturas públicas dando como exemplo, as piscinas municipais.-----

-----Disse que depois da obra concluída o Executivo irá exigir o bom funcionamento daquela unidade, e não irá permitir que Linhares da Beira seja colocada em segundo plano, em comparação com a Pousada de Vila Ruiva.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que na sua opinião aquela unidade hoteleira deveria ser gerida pela Câmara Municipal, através da EMCEL, realizando um *franchising* com a Enatur. Disse ainda que a EMCEL necessita de criar emprego, de forma a dinamizar o concelho e esta poderia ser uma boa solução.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que ter a Pousada a funcionar será benéfico para todos. Em relação à intervenção do Senhor Vereador Júlio Santos, em realizar um *franchising* com a Enatur, foi uma situação que também já esteve prevista, mas que a Enatur abandonou.-----

-----Relativamente ao IC 7, referiu que na próxima reunião de Câmara será entregue um estudo relativo às redes viárias, para análise. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** fazendo referência ao contrato de crédito a curto prazo, que teria de ser pago até ao final do ano, pretendeu saber se autarquia tem capacidade financeira para liquidar o mesmo, uma vez que, como é do conhecimento público, estão a ser feitas retenções nos fundos mensais da Câmara, pela Administração Central. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a situação financeira da autarquia é má, e como tem vindo a referir, está em curso o saneamento financeiro. Disse que o passivo de curto prazo, financia a tesouraria, bem como, algumas obras que estão em curso, e das quais aguardam retorno do Estado. Relativamente ao contrato de crédito a curto prazo, o mesmo está a ser liquidado, mas se não houver retorno do estado, entrará para o saneamento.-----

#### -----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO: -----

-----Requerente: Fernando António Paulino – Req. 663; -----

-----CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO: -----

-----Requerente: Fernando António Paulino – Req. 664; -----

-----SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS DE CARÊNCIA – REGULAMENTO  
CRECHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----I - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO -----

-----ASSUNTO: 5.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2010 -

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património,  
datada de 30/09/2010, cujos documentos se apensam a esta acta (**anexo  
I**), submetendo para aprovação a 5.ª Alteração ao Orçamento e GOP's de  
2010. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que esta alteração surge  
da necessidade de dotação de várias rubricas orçamentais, devido à  
necessidade de reajustar os montantes de despesas com o pessoal, de  
forma a que não falte cabimento em certas rubricas de despesas correntes  
e capital, sendo as mais relevantes as seguintes: gasóleo; alimentação;  
encargos das instalações; transportes escolares; despesas com juros de  
empréstimo; juros de mora; apoio ao associativismo; eventos e exposições  
de produtos regionais; equipamento básico; *software* informático; Pousada  
de Linhares da Beira e despesas com o capital de empréstimo.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** depois de analisar este  
documento, referiu que a verba para a Pousada de Linhares é uma  
percentagem mínima, em contrapartida, com a rubrica de pessoal que  
apresenta uma dotação elevada, pretendendo saber o porquê desta  
situação.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu saber como se justifica este aumento no reforço das verbas para pessoal. Questionou também o que se passou aquando da execução do orçamento actual, uma vez que, considera haver um descontrolo completo das despesas correntes. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que desde a aprovação do orçamento, tem vindo a alertar para a necessidade de serem efectuadas alterações, até porque, não se consegue prever algumas situações, dando como exemplo, o aumento das taxas de juro e as obras na Pousada de Linhares. Alertou ainda, que talvez seja necessário efectuar uma revisão ao orçamento, até ao final do ano. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que irá votar contra esta alteração, à excepção da rubrica para a Pousada de Linhares da Beira. Disse que esta proposta deveria ser alterada e constar apenas a rubrica para a Pousada de Linhares, e assim votaria favoravelmente esta alteração ao orçamento.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos e uma abstenção da Senhora Vereadora Isabel Flor de Sousa, aprovar a 5.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----“Voto contra, pelo facto de esta alteração orçamental reflectir o descalabro que é o aumento das despesas correntes da autarquia, à custa da falta de investimento.” -----

-----**II - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE UM SINAL DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia de Santa Maria**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 316/2010, datada de 21/09/2010, referindo que analisado o assunto exposto pela Junta de Freguesia de Santa Maria, no que respeita à “colocação de um sinal de proibição de estacionamento na Rua Santa Maria, do lado oposto à garagem pertencente ao Senhor António Milagre Pena”, informam que após deslocação ao local, e tendo por base o artigo 50.º, do D.L. n.º 44/2005 de 23 de Fevereiro (Código da Estrada), o qual refere que “é proibido o estacionamento impedindo o trânsito de veículos ou obrigando à utilização da parte da faixa de rodagem destinada ao sentido contrário, conforme o trânsito se faça num ou em dois sentidos”, não vêm qualquer justificação na colocação do referido sinal, uma vez que nesse arruamento o trânsito se faz nos dois sentidos e a faixa de rodagem ronda os 4,50 metros na zona da referida garagem, pelo que, deverá o pedido ser indeferido.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, indeferir a pretensão da requerente.**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE ESPELHO**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia de São Pedro**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 316/2010, datada de 20/09/2010, referindo que analisado o assunto exposto pela Junta de Freguesia de São Pedro, no que respeita à “colocação de um espelho parabólico na saída do Loteamento do Escorial, a fim de facilitar a visibilidade (tanto na direcção de Vale de Azares – Celorico, como Celorico – Vale de Azares)”, informam que após deslocação ao local, verifica-se que o entroncamento em causa tem boa visibilidade de ambos os lados, pelo que, deverá o pedido ser indeferido.-----



-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, indeferir a pretensão da requerente.-----

-----III - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

-----ASSUNTO: EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE-----

-----REQUERENTE: VIDAL DA CONCEIÇÃO CRISTÓVÃO-----

-----Foi presente requerimento n.º 617, datado de 27/09/2010, em nome de Vidal da Conceição Cristóvão, pretendendo efectuar um destaque de uma parcela de terreno, localizada em espaço urbano, de acordo com o PDM em vigor. A parcela de terreno a destacar possui uma área de 1388.00m<sup>2</sup>, ficando uma área sobrance de 612.00m<sup>2</sup>. A parcela de terreno a destacar destina-se à construção de edifício, exclusivamente para fins habitacionais.-----

-----Assim sendo e segundo a informação técnica, em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o ponto 4 do art. 6.º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e o ponto 2 do art. 17.º do Capítulo III, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar cumpre a seguinte condição:-----

-----a) As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos;-----

-----Informa ainda que a parcela de terreno a destacar deverá destinar-se à construção de uma edificação.-----

-----A contagem do ónus do não fraccionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, de acordo com o ponto 7, do art. 6.º do D.L. referido.-----

-----Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 1388.00m<sup>2</sup>. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

#### -----IV - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL -----

#### -----ASSUNTO: SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS DE CARÊNCIA - REGULAMENTO CRECHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 04/10/2010, informando que tendo em consideração a deliberação da reunião de câmara do dia 08/09/2010, em aprovar as situações excepcionais dos agregados familiares, cuja capitação mensal seja igual ou inferior a 150,00€, propõem o enquadramento, na mesma dos seguintes processos: -----

	N.º de Processos	Valência	Comparticipação	Transporte
	1	Creche	20,00€	4,00€
	1	Creche	25,00€	5,00€
	4	Jardim de Infância - CAF	20,00€	4,00€
	1	Jardim de Infância - CAF	25,00€	5,00€
Total de Processos	7			

-----A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar as situações excepcionais de carência e respectivas participações, para os processos inscritos nas valências, supra mencionadas. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor Vereador Júlio Santos: -----

-----“Voto contra, como é claro há muito tempo da parte do MAJUSP, a creche da Câmara Municipal não tem razão de existir, pois onera em muito as finanças do Município.” -----

-----**ASSUNTO: ESTABELECIMENTO DE PARCERIA COM IPSS'S -  
MODELO DE FINANCIAMENTO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 29/09/2010, com o seguinte teor: -----

-----“Considerando o reordenamento da rede escolar do concelho, é necessário garantir à generalidade das crianças que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico/Jardim de Infância uma refeição equilibrada, bem como transporte escolar. -----

-----Para tal será estabelecido um protocolo com a Liga de Amigos do Baraçal; Associação de Melhoramentos, Cultural e Desportiva de Casas do Soeiro; Associação de Melhoramentos da Freguesia da Ratoeira; Associação Desportiva, Cultural de Beneficência de Cortiço da Serra; Centro Social da Freguesia de Mesquitela; Associação de Melhoramentos, Cultural, Recreativa e Desportiva de Velosa e Associação de Apoio à Terceira Idade do Maçal do Chão, tendo estas a seu encargo a confecção e fornecimento das refeições dos alunos inscritos para alimentação e ou transporte. -----

-----Assim, o modelo de financiamento adoptado para o apoio ao fornecimento de refeições aos alunos que frequentam as escolas do 1º Ciclo de Ensino Básico do Município de Celorico da Beira será:-----

-----a) o preço estabelecido é de 3,00 € por criança para almoço, sendo o referido valor pago à Instituição; -----

-----b) 1,46€ preço a pagar pelos alunos (preço estipulado pelo Ministério de Educação no despacho n.º 14368-A/2010); -----

-----c) a diferença entre o preço da refeição paga pelos utentes (1,46 €) e o custo da mesma em refeitórios concessionados (2,50 €) \* é assegurado

pelo Município e pelo Ministério da Educação mediante a celebração de um contrato-programa; -----

-----d) a comparticipação do Ministério da Educação será de 0,58 € (Despacho n.º 19 165/2007); -----

-----e) a comparticipação do Município será de 0,46 €;-----

-----f) os restantes 0,50 € serão suportados na totalidade pelo Município. -

-----\* Preço máximo de refeição 2,50 €, ao abrigo do estipulado no Despacho n.º 22 251/2005 (2ª série) Capítulo I". -----

-----O modelo de financiamento adoptado para o apoio ao fornecimento de refeições aos alunos que frequentam o Jardim de Infância do Município de Celorico da Beira será: -----

-----a) o preço estabelecido é de 2,50€ por criança para almoço, sendo o referido valor pago à Instituição; -----

-----b) o preço a pagar pelos alunos foi aprovado em reunião de Câmara de 22 de Setembro de 2010;-----

-----c) a diferença entre o preço da refeição paga pelos utentes e o custo da mesma é assegurado pelo Município nos termos dos escalões aprovados em Reunião de Câmara. -----

-----O modelo de financiamento adoptado para o apoio ao transporte para os estabelecimentos de ensino será: -----

-----a) o preço de 0,50€ por quilómetro, sendo o referido valor pago à entidade. -----

-----Assim, serão estabelecidas parcerias, em forma de protocolos, subscritos pelo Município e pelas IPSS's." -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar as Minutas de Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e Liga de Amigos do Baraçal; Associação de Melhoramentos, Cultural e Desportiva de Casas de Soeiro; Associação de Melhoramentos da Freguesia da Ratoeira; Associação Desportiva, Cultural de Beneficência de Cortiço**

**da Serra; Centro Social da Freguesia de Mesquitela; Associação de Melhoramentos, Cultural, Recreativa e Desportiva de Velosa e Associação de Apoio à Terceira Idade do Maçal do Chão, relativamente à confecção e fornecimento das refeições dos alunos inscritos para alimentação ou transporte.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----“Voto contra, porquanto os serviços do Ministério têm a obrigação de pagar na totalidade os custos com a Educação. Esta Câmara Municipal está demasiado débil financeiramente, para suportar custos que neste momento vão para além das suas possibilidades.” -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** referiu que estes modelos de protocolos não são novos, pois já foram adoptados em anos anteriores. Disse que é um sacrifício financeiro por parte do município, mas que deve ser dada prioridade a esta área, ou então, haveria muitas crianças que não poderiam frequentar a escola. -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - AUXÍLIOS ECONÓMICOS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 30/09/2010, informando que foi requerido ao Município, por diversos munícipes apoio para as medidas de acção social escolar para o ano lectivo 2010/2011. -----

----- Mais informam que de acordo com o despacho n.º 14368-A/2010, o escalão de apoio em que o agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Assim, os encarregados de educação fizeram prova do seu posicionamento nos escalões de atribuição de abono de família. -----

-----Tendo por referência o artigo 8.º, n.º 6 do despacho n.º 18987/2009, apurou-se que situação socioeconómica de dois agregados familiares se alterou, pelo que, os mesmos irão beneficiar do escalão 1, para efeitos de atribuição de auxílios económicos no ano lectivo 2010/2011. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os processos constantes da lista em anexo (anexo II), nos respectivos escalões.** -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - PASSES ESCOLARES**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 29/09/2010, informando que foi solicitado ao Município de Celorico da Beira, auxílio económico para comparticipar o pagamento de passes escolares dos alunos identificados na tabela seguinte. Considerando os termos do Despacho n.º 14368-A/2010, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social o ano lectivo de 2010/2011, artigo 8.º, n.º 1, sendo o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra, determinado pelo seu posicionamento no escalão de rendimentos para atribuição de abono de família.-----

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Ano de Freqüência</b>	<b>Escalão de Abono de Família</b>
André Filipe Santinho	15	9.º	1
Maria Leonor Rodrigues Marques	18	9.º	1
Ana Filipa Sequeira Ramos	17	11.º	1
Ana Rita Malta Gonçalves	19	10.º	2
Ricardo Jorge dos Santos Caçador	19	12.º	2

-----Face ao exposto, entendem que estes agregados deverão ser apoiados, de modo, a garantir o acesso ao ensino impedindo o abandono escolar destes alunos. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os processos supramencionados, com o respectivo posicionamento nos escalões indicados.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**V - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT**-----

-----**Requerente: Paulo Jorge da Costa Garrido Pacheco**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 04/10/2010, referindo que foi requerido pelo Senhor Paulo Jorge da Costa Garrido, residente em Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, n.º 9, 1.º Dto., em Porto da Carne, isenção do pagamento de Imposto Municipal, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 39-B da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de Junho.-----

-----A isenção pretendida pelo requerente supra identificado, tem enquadramento legal e foi objecto de deliberação em Assembleia Municipal, ficando isentos do Pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis as aquisições:-----

-----a) Por jovens, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, de prédio ou fracção autónoma, de prédios urbanos situados nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente à primeira habitação própria e permanente, desde que o valor sobre o qual iria incidir o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados, acrescidos de 50%;-----

-----b) De prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas.-----

-----Preenchidos os requisitos legais exigidos é possível o requerente beneficiar da isenção.-----

-----**A Câmara nos termos do disposto na alínea a), n.º 3, do art. 39.º B, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho, deliberou isentar do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), o Senhor Paulo Jorge da Costa Garrido Pacheco, referente ao imóvel sito na Urbanização Encosta do Sol, lote 4, Fracção G, em Celorico da Beira, registado na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira, sob o n.º 995.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT**-----

-----**Requerentes: Sónia Cristina de Almeida S. Fernandes e Ângelo Fernando Monteiro Fernandes**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 04/10/2010, referindo que foi requerido pelo Senhor Ângelo Fernando Monteiro Fernandes e esposa Sónia Cristina de Almeida S. Fernandes, residentes em Bairro de Santa Luzia, Bloco 11, 1.º Esq., em Celorico da Beira, isenção do pagamento de Imposto Municipal, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 39-B da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de Junho. -----

-----A isenção pretendida pelos requerentes supra identificados, tem enquadramento legal e foi objecto de deliberação em Assembleia Municipal, ficando isentos do Pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis as aquisições: -----

-----a) Por jovens, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, de prédio ou fracção autónoma, de prédios urbanos situados nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente à primeira habitação própria e permanente, desde que o valor sobre o qual iria incidir o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados, acrescidos de 50%;-----



-----b) De prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas. -----

-----Preenchidos os requisitos legais exigidos é possível o requerente beneficiar da isenção.-----

-----**A Câmara nos termos do disposto na alínea a), n.º 3, do art. 39.º B, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho, deliberou isentar do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), o Senhor Ângelo Fernando Monteiro Fernandes e esposa Sónia Cristina de Almeida S. Fernandes, referente ao imóvel sito na Urbanização Encosta do Sol, lote 3, Fracção A, em Celorico da Beira, registado na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira, sob o n.º 994. --**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VI - DESPERTAR DO SILÊNCIO - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício n.º 215, datado de 01/09/2010, em nome da Associação de Surdos da Guarda, solicitando um subsídio de modo a minimizar as despesas a efectuar com as diversas actividades que foram realizadas na Conferência “O Mundo do Surdo Ontem, hoje e ... Amanhã!”.

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que atendendo à actual situação financeira da autarquia, e sendo este pedido de subsídio para uma causa única, não será possível atender ao solicitado. Contudo, disse que esta associação poderia apresentar um plano de actividades, para futuros apoios. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** considera que estas associações deveriam ser apoiadas, mesmo que com uma verba mínima. --

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor **Vereador António Silva** propôs que o Gabinete de Acção Social faça um levantamento de pessoas do concelho que pertençam a esta associação, para que futuramente possam apoiar estas iniciativas, com base em pressupostos mais objectivos. -----

-----**Devido à actual conjuntura financeira da autarquia, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão da requerente.** -----

-----**VII - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente de serviço, ocorrido no dia 28 de Setembro de 2010, pelas 16:00h, referente ao funcionário José Augusto Gonçalves, com a categoria de Assistente Operacional, tendo este Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----**VIII - PROPOSTA DE TARIFÁRIO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (SANEAMENTO) - RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU's)**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente foi presente Proposta de Tarifário – Abastecimento de Água – Tratamento de Águas Residuais (Saneamento) – Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's), que se anexa a esta acta (**anexo II**), para aprovação. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a água é um bem escasso e de primeira necessidade. Disse também, que este é um grande negócio para quem a explora, mas por outro lado, é um peso pesado para a autarquia, que até tem condições naturais para a obter.-----

-----Disse que foi efectuado um estudo, cuja preocupação era que os indicadores transmitissem uma indicação clara dos consumos, por freguesia e com a respectiva taxa de desvio, não esquecendo os valores praticados nos concelhos vizinhos. À imagem do País, Celorico da Beira terá as taxas mais baixas, sendo que, a taxa de cobertura que irá ser cobrada ainda fica aquém do posicionamento desejado. -----

-----Referiu que o circuito da água é fechado e por vezes há rompimentos e perdas. Fez também referência às ligações directas de água sem passar por um contador, por parte de algumas associações, situações que pretendem sanar, numa primeira fase com a colocação de um contador nesses mesmos espaços para verificar o consumo, e posteriormente ser cobrada uma percentagem, uma vez que as associações têm fontes de rendimento e podem suportar essa despesa.-----

-----Relativamente ao desvio de contadores, disse que desde 2007 até então, há um ligeiro decréscimo no consumo da água, que não tem muita influência nos números apresentados. -----

-----Fez referência aos valores acumulados de consumo de água dos anos 2007 a 2009 e a estimativa de consumos de 2010, por freguesia, bem como, a percentagem dos respectivos consumos, número de consumidores e número de habitantes, por freguesia e respectiva percentagem e a comparação entre a percentagem de consumos e as percentagens de consumidores e habitantes, dizendo que os consumos são bastante equilibrados, sendo que no início de 2010 se alteraram, dando uma taxa de desvio que contribui para onerar o bem essencial que é a água. -----

-----De seguida, relativamente às quebras no fornecimento de água no ano de 2010, disse que se registaram quebras superiores a 50%, entre o fornecimento de água em alta, realizado pelas Águas do Zêzere e Côa, SA e a facturação aos consumidores, o que obrigará a Câmara Municipal de Celorico da Beira a intensificar a fiscalização da rede de distribuição com a finalidade de detectar eventuais violações da rede ou rupturas. -----

-----Disse que as AdZC não prestam um bom serviço no concelho de Celorico da Beira e que gostaria de acabar com esta obrigatoriedade, mas existe um contrato que é necessário cumprir.-----

-----A proposta do novo tarifário, para os serviços de distribuição de Água, Saneamento e RSU's é composta por duas tarifas, para cada serviço, uma tarifa fixa e outra tarifa variável. Esta proposta baseia-se na recomendação ERSAR n.º 2/2010, que estabelece que os custos fixos de cada serviço deverão ser financiados pelas respectivas tarifas fixas, cabendo às tarifas variáveis financiar os custos respectivos. Referiu ainda que antes de se proceder ao apuramento das tarifas propostas procedeu-se ao apuramento das estimativas de consumo de água para 2011. Disse que para melhor se identificar a representatividade destas tarifas nas receitas municipais e respectiva cobertura dos custos associados, foram elaborados quadros que apresentam a estimativa das receitas, tendo em conta as tarifas propostas e as quantidades estimadas, quer a nível de número de consumidores para as tarifas fixas, quer a nível de consumos para as tarifas variáveis. -----

-----Disse que em contexto de economia familiar tudo o que aumenta é mau, mas no concelho estas famílias têm um claro desrespeito pelo consumo de água, e quando o bem é onerado acaba por existir uma racionalização automática do bem. -----

-----Disse que o primeiro passo é criar receituário para estancar a dívida às AdZC, não permitindo que a mesma continue a aumentar. -----

-----Ainda nesta sequência, fez referência a uma reportagem que foi transmitida na SIC, a qual deu uma imagem negativa sobre o concelho, por parte dos intervenientes, acrescentando que está em fase final um inquérito e que será apresentado numa reunião de Câmara. Disse que a situação descrita foi devido à má coordenação entre o mecanismo instalado para o tratamento de água e a Junta de Freguesia. Disse ser de lamentar que os Técnicos responsáveis não acompanhem estes processos. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu saber qual o valor em dívida da Câmara Municipal às AdZC. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que a dívida às AdZC é cerca de 500 mil euros, daí ser necessário efectuar esta alteração das taxas, de forma a criar condições para estancar esta dívida. --

-----Sobre este assunto, a Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** considera este aumento de taxas exagerado, passando para o dobro de uma só vez, disse que os Celoricensenses não têm conhecimento deste histórico e uma vez que o Executivo já era conhecedor desta situação, deveria ter feito um aumento faseado. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que não é fácil denunciar este contrato com as AdZC, outras Câmara já o tentaram e não conseguiram, assim sendo, é necessário atenuar a dívida, aumentando o valor das taxas.

-----**A Câmara deliberou, por maioria, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a alteração ao Tarifário, Abastecimento de Água, Tratamento de Águas Residuais (Saneamento) e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's), com início a 01/11/2010.** -----

-----**Votaram a favor o Senhor Vice-Presidente da Câmara e o Senhor Vereador António Silva e contra o Senhor Vereador Júlio Santos e a Senhora Vereadora Isabel Flor de Sousa.** -----

-----**Verificando-se um empate, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto de vencido, do Senhor **Vereador Júlio Santos**: --

-----“Num concelho que é superavitário em água de qualidade é, no mínimo preocupante, que sejam os habitantes do Concelho de Celorico da Beira a pagar as facturas. -----

-----É urgente que se abra um inquérito a quem teve responsabilidades políticas para averiguar o porquê da denúncia de um contrato, para a elaboração de um projecto de abastecimento de água em alta nos concelhos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres e Gouveia, o qual era financiado a 60% pelo Ministério do Ambiente e permitiu uma candidatura a Fundos Comunitários, via Ministério do Ambiente; -----

-----É necessário revogar o Protocolo com a empresa AdZC “urgentemente” porque o cumprimento do mesmo leva à ruína as finanças do município, bem como, ao empobrecimento dos munícipes deste concelho; -----

-----Consequentemente deve este Executivo dar continuidade à elaboração do projecto referido de construção da barragem em Prados e, despoletar todos os mecanismos para que o fornecimento de água de qualidade (petróleo do futuro) em que o concelho é rico seja uma realidade a curto prazo.” -----

-----Declaração de voto da Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa**:----

-----“Voto contra porque a subida do tarifário, quase para o dobro de uma só vez, é muito exagerada. Há muitos agregados familiares que terão dificuldades em suportar os custos. O aumento deveria ser gradual. Se os preços/tarifários não estão actualizados há mais tempo, foi porque o município ainda não se tinha disposto a fazê-lo. Numa altura em que o Orçamento de Estado também penaliza a maioria dos Portugueses, esta medida local irá complicar ainda mais a gestão do orçamento familiar.-----

-----Certamente que haverá muita gente a recorrer aos Serviços Sociais da Câmara Municipal para pedir isenção de água. Além do mais, a altura nem sequer é oportuna, pois, após a reportagem da SIC, o País inteiro e nós, ficámos a saber, ou confirmámos, que a qualidade da água das nossas casas é má, independentemente da sua origem, pois o tratamento não surte efeito ou não é adequado. Há, por isso, ainda a necessidade de fazer mais gastos comprando água para beber.-----

-----Concordo que o tarifário deva subir gradualmente, pois também é necessário fazer com que se consuma menos, já que a água potável é um bem de valor inestimável mas que não é inesgotável.” -----

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor **Vice-Presidente** referiu que em reuniões tidas com as AdZC, tem constatado que há um conjunto de autarcas que se deparam com o mesmo problema, ou seja, os tarifários. Disse que este aumento vai ser feito gradualmente, ou então, teria de ser ainda maior. Uma vez que o Senhor Vereador Júlio Santos é Jurista, solicitou que lhe fosse disponibilizada uma cópia do Protocolo entre a Câmara Municipal e as AdZC, a fim de o Senhor Vereador o analisar, e ver se há forma de o alterar, porque todo, o Executivo tem de defender os interesses do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fazendo ainda referência à reportagem exibida na SIC sobre a água, disse que Linhares da Beira é abastecido por um subsistema próprio, contrariamente ao que foi noticiado. Disse que este executivo tem tido a preocupação de reparar algumas das fontes do concelho, e das quais as pessoas poderão usufruir dessa água, não necessitando de a comprar.-----

-----Relativamente aos pedidos de isenção de água que poderão surgir no Gabinete de Acção Social, disse que Celorico da Beira é um exemplo nacional, e que mesmo com este aumento, é a água mais barata do Distrito.-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Fernando António Paulino – Req. 663**-----

-----Foi presente requerimento n.º 663, datado de 01/10/2010, em nome de Fernando António Paulino, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Amieira, freguesia de Minhocal, inscrito sob o artigo matricial n.º 236, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1985.-----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Fernando António Paulino – Req. 664**-----

-----Foi presente requerimento n.º 664, datado de 01/10/2010, em nome de Fernando António Paulino, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Amieira, freguesia de Minhocal, inscrito sob o artigo matricial n.º 237, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do



art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1985.-----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS DE CARÊNCIA – REGULAMENTO CRECHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 12/10/2010, informando que tendo em consideração a deliberação da reunião de câmara do dia 08/09/2010, em aprovar as situações excepcionais dos agregados familiares, cuja capitação mensal seja igual ou inferior a 150,00€, propõem o enquadramento, na mesma do seguinte processo:-----

	N.º de Processos	Valência	Comparticipação	Transporte
	1	Jardim de Infância - CAF	20,00€	4,00€
Total de Processos	1			

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as situações excepcionais de carência e respectivas participações, para o processo inscrito na valência, supra mencionada.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

-----  
-----